

Educação no Brasil

Willamy Mamede da Silva Dias²⁵

Pesquisas mostram que uma sociedade precisa que a maioria dos seus cidadãos tenha bons níveis de educação para que ela possa crescer de forma justa e sustentável no longo prazo, melhora a produtividade dos trabalhadores e das empresas, o aumento da escolaridade beneficia principalmente as famílias mais pobres, aumentando a mobilidade intergeracional, diminuindo a pobreza e a desigualdade e aumentando a coesão social.

Existe um senso comum acerca do conceito de igualdade de oportunidades, pelo qual as crianças nascidas em famílias mais pobres devem ter condições iniciais parecidas com as nascidas em famílias mais ricas, para poderem exercer livremente suas escolhas e contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país, através de um mercado competitivo.

Os investimentos sociais eram muito baixos no Brasil até meados da década de 1980, sendo até então dividido entre os *insiders*, que tinham carteira de trabalho assinada e, portanto, todos os direitos trabalhistas, sociais e acesso ao sistema de saúde (Inamps, INPS) e os *outsiders*, maioria da população, que não tinham direito a quase nada.

Os gastos com educação eram reduzidos, a maioria dos jovens estava fora da escola, não havia programas de transferência de renda, nem direito à saúde, nem benefícios sociais. Assim, aqueles que nasciam em famílias pobres estavam praticamente condenados a viver na miséria.

O processo de inclusão social começa com a Constituição de 1988, ao estabelecer o SUS, a estratégia de saúde da família e a regulamentação da aposentadoria rural e do BPC, que reduziram bastante a pobreza na área rural e entre os mais velhos. O “Plano Real” de 1994, acabou com o aumento contínuo da pobreza e da desigualdade que ocorria desde meados da década de 1980, ao preservar o poder de compra de seus salários no período hiperinflacionário.

Para amenizar as disparidades de recursos aplicados à educação entre municípios e estados foi instituído em 1988 o Fundef, onde os municípios e estados contribuem para um fundo estadual com 20% das receitas de determinados impostos e o montante desse fundo era redistribuído de acordo com o número de matrículas no EF. Assim, os municípios mais ricos com

²⁵ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (1999). Especialista em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). É arquiteto na Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP. Atualmente, é mestrando em Economia no IDP e atua na BIOTIC S.A.

poucos alunos transferem recursos educacionais para os municípios mais pobres que atendem mais alunos.

Em 2007 transformou-se Fundef em Fundeb, mudando a regra de distribuição dos recursos com base em uma medida que pondera os alunos de cada rede em diferentes níveis de ensino. e tendo a complementação da União para os estados que não atinge o valor mínimo por aluno, fixado pela União, estando nessa condição Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba e Piauí.

Fontes de receitas do Fundeb: FPE, ICMS, IPI-Exp – Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação, IPVA, desoneração de exportações (Lei Kandir), ITCMD e Cota parte de 50% ITR (municípios).

Em 2018 o Fundeb arrecadou cerca de 140 bilhões e o gasto mínimo por aluno foi de R\$3.000 por ano. A complementação da União para o Fundeb está fora da PEC 266 do Teto.

Foi possível observar uma evolução nos indicadores educacionais no Brasil, por exemplo entre 2001 e 2017 o aprendizado dos alunos do 5º ano do ensino fundamental tem aumentado significativamente, diversos fatores explicam esse fato, o aumento na taxa de frequência à pré-escola fez com que as crianças ingressem no ensino fundamental com maior capacidade de aprendizado, o aumento educacional das mães mais jovens que ocorreu no Brasil contribuiu para melhorar o ambiente educacional nas famílias mais pobres, a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos também contribuiu para a melhora do aprendizado e os resultados das iniciativas de melhoria da gestão de alguns estados e municípios.

Em 2020, ano impactado pela deflagração da pandemia sanitária mundial, dados dão conta que 58,4% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches (Meta 1A PNE), representando um avanço em contraponto aos 37% do indicador em 2019. Já entre as crianças de 4 e 5 anos 94,1% estavam matriculadas na Pré-Escola, sendo que, mesmo que perceptível, os dados não contabilizam os impactos da crise e os desdobramentos com seu enfrentamento.

Em 2020, 98% dos jovens de 6 a 14 anos estavam matriculados no Ensino Fundamental, demonstra que a universalização também vem se tornando cada vez mais próxima, embora para quase 20% desses alunos a conclusão na idade esperada ainda permaneça como um obstáculo.

Se por um lado observamos os avanços, por outro lado os dados nos mostram que as desigualdades devem ser levadas em conta como um desafio para todos, 96,7% dos jovens de 16 anos pertencentes aos domicílios mais ricos concluíram o Ensino Fundamental, mas apenas 78,2% dos mais pobres chegaram a esse patamar. As desigualdades de raça/cor também estão presentes, 77,5% dos jovens pretos de 16 anos concluíram a etapa, enquanto essa proporção é de 87,3% entre os jovens brancos.

No ensino médio também foi possível observar avanços nos indicadores, a exemplo a taxa líquida de matrícula do Ensino Médio, porcentagem de jovens de 15 a 17 matriculados no EM cuja meta do PNE é atingir 85%, avançou de 71,1% (2019) para 75,9%. cabendo destaque as distorções diante de características sociais, 17,7% menos estudantes negros terminam o EM comparados aos estudantes brancos, já 18,9% menos estudantes do nordeste em relação aos estudantes do Norte.

Países com desempenho excelente no PISA 2012, como Vietnã, por exemplo, gastam pouco como proporção do PIB. Os Estados Unidos são o país que mais gasta com educação e seu desempenho é mediano. Em 2015 (último dado disponível), o gasto público total com educação no país equivale a 6,2% do PIB, ou seja, R\$ 383 bilhões, em valores de 2015. Desse total, 75% são gastos com educação básica, o que significa que cada aluno do ensino básico recebe um investimento direto de R\$ 6.381, equivalente a 22% do nosso PIB per capita. Países da OCDE gastam em média 26% do seu PIB per capita com educação básica. A Coreia gasta 30%, o Chile 18% e o México 15%.

Países com desempenho excelente no PISA 2012, como Vietnã, por exemplo, gastam pouco como proporção do PIB, por outro lado EUA é o país que mais gasta com educação e seu desempenho é mediano.

Em 2017, o Brasil gastou com educação equivale a 6,3% do PIB, sendo que para cada aluno da Educação Básica houve um investimento médio direto de R\$ 6.823 (21,4% PIB per capita), como referência temos que os países da OCDE gastam em torno de 26% PIB per capita (2015), já cada aluno do Ensino Superior público recebeu investimentos de R\$ 28.640 (89,9% PIB per capita), para essa modalidade os países da OCDE gastam em torno de 37,3 (2015), mas em nenhum país do mundo essa discrepância de gastos entre o ensino básico e o superior é tão grande.

O fato acima demonstra a necessidade de se ampliar não só os gastos na educação básica, mas também os mecanismos que garantam o bom aproveitamento individual dos recursos humanos e financeiros aplicados, tudo isso sob o ponto de vista dos alunos egressos da rede de ensino, especialmente da rede pública. Modalidade de ensino que tem recebido nos esforços coletivos, financeiramente materializado pelos impostos arrecadados e que, em última abordagem, nada mais é que o consumo do tempo de nossas vidas aplicados ao trabalho remunerado para quitar a obrigação que nos é imposta.

Independente do quanto for factível a ideia, o autor do texto em debate apresenta uma proposta de aproveitamento da implantação do novo Fundeb para estabelecer um novo “Programa de Incentivo à Efetividade (PIE)”, com premissas firmes em busca de uma melhor gestão do sistema educacional brasileiro em troca de um maior aporte de recurso para estados

com maiores evolução na qualidade da educação como recompensa. As unidades da federação que mais evoluíssem nos indicadores obteriam mais recursos do programa, com o compromisso do governo federal de dar apoio a todos para que elas possam atingir as metas.

O desenho de programa educacional, em que pese a assertividade dos fundamentos, se torna muito controverso a obtenção de apoio político e social, considerando que estamos em um país com uma aversão cultural a se comprometer com resultados e a se deixar avaliar de forma sistêmica, nem abordo a falta de disposição em se esforçar mais para eventualmente se obter um resultado adicional, mesmo que este esteja previamente pactuado. Os fundamentos da pactuação pelo aumento da efetividade da educação e por conseguinte reconhecimento com mais recursos são:

- a) Adesão e aplicação da Base Nacional Comum da Educação (BNCC), que estabelece padrões curriculares mínimos para cada série. Essa adesão é importante para que os professores e pais dos alunos em todo o país saibam o que os alunos devem saber em cada série. Além disso, com a BNCC os diretores e professores de cada escola podem ser cobrados mais facilmente caso seus alunos não atinjam o nível de aprendizado mínimo. E os cursos de formação continuada deveriam ser baseados na BNCC;
- b) Uso de avaliações externas anuais para acompanhar o aprendizado de todos os alunos, para detectar casos de sucesso e escolas problemáticas;
- c) Porcentagem de escolas com pelo menos 6 horas efetivas de aula por dia. Um dos poucos fatos estilizados que aparecem em quase todas as pesquisas educacionais é que os alunos que passam mais tempo aprendendo português e matemática tem um desempenho melhor nos exames padronizados. Assim, a forma mais eficaz de aumentar os gastos com educação é expandindo o tempo de aula dessas matérias;
- d) Valorização do bom professor com o uso do estágio probatório para avaliação de professores efetivos e demissão de professores não efetivos. Essa é uma possibilidade que a legislação permite e que não é utilizada pela grande maioria das redes escolares. Existem hoje em dia vários métodos sofisticados para avaliar o desempenho dos professores em sala de aula. As pesquisas mais recentes mostram que não se deve basear essas avaliações somente em notas dos alunos, mas também no seu comportamento em sala;
- e) Permissão para o funcionamento de escolas conveniadas (charters), que atendem alunos da rede pública, mas que têm gerenciamento privado. Uma grande parcela das creches nas grandes cidades é gerida por Organizações Sociais (O.S.). Assim, cada unidade da federação deveria poder mudar a legislação, permitindo escolas conveniadas para o ensino básico, de modo que os alunos nas escolas conveniadas também receberiam recursos do Fundeb.